

O Indígena no Imaginário das Acadêmicas do Curso de Pedagogia: uma Discussão Contemporânea

The Indigenous in the Imaginary of the Academics of the Pedagogy Course: a Contemporary Discussion

Gildete Elias Dutra^{a*}; Marli Teresinha Quartieri^a; Rogério José Schuck^a; Suzana Feldens Schwertner^a

^aUniversidade do Vale do Taquari, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino. RS, Brasil.

*E-mail: gildetedutra@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho parte de vivência acadêmica envolvendo o 7º Período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Santa Terezinha do município de Imperatriz/MA na disciplina de História e Cultura Indígena Brasileira, tendo como objetivo refletir sobre a imagem do indígena na visão das acadêmicas do Curso de Pedagogia. Apresenta-se um breve panorama do tratamento dado ao indígena quanto à construção de sua imagem. Utilizou-se como procedimento metodológico uma questão norteadora, através da qual, as acadêmicas relatam a visão que têm dos indígenas antes e depois da disciplina. A partir da análise dos relatos, considera-se que a primeira concepção representa a maneira pela qual foi tratada a história indígena desde o período colonial, o qual gerou um círculo de estigmatização da imagem do indígena no cenário nacional, fortemente presente nos dias atuais. Consequentemente, houve o apagamento da contribuição social dos povos indígenas, seja na formação do povo brasileiro e/ou em outras de ordem sociais e econômicas. A segunda, porém, atribuem-se às reflexões feitas pelos autores sob a mediação da professora na disciplina, que embora em um curto espaço de tempo, as acadêmicas puderam perceber que há necessidade em apurar os olhares em relação aos povos indígenas, sendo a Academia, na contemporaneidade, um dos espaços para que estes sejam ampliados. Contudo, considera-se, ainda, um desafio da educação contemporânea.

Palavras-chave: Imagem do Indígena. Imaginário das Acadêmicas. Equívocos e Visões. Contemporaneidade.

Abstract

The present work is based on an academic experience involving the 7th Period of the Pedagogy Course of Santa Terezinha School of Education of the city of Imperatriz / MA in the discipline of Brazilian Indigenous History and Culture, aiming to reflect on the indigenous image in the view of the academics of the Course of Pedagogy. It presents a brief overview of the treatment given to indigenous people in the construction of their image. A guiding question was used as methodological procedure, through which, the academics report the vision that they have of the natives before and after the discipline. From the analysis of the reports, it is considered that the first conception represents the way in which indigenous history has been treated since the colonial period, which generated a circle of stigmatization of the indigenous image in the national scene, strongly present currently. Consequently, the social contribution of indigenous peoples was erased, either in the formation of the Brazilian people and / or in other social and economic ones. The second, however, is attributed to the reflections carried out by the authors under the mediation of the teacher in the discipline, who although in a short time, the academics could perceive that there is a need to clarify the views regarding the indigenous peoples, in contemporary times, one of the spaces for them to be expanded. However, it is still considered a challenge of contemporary education.

Keywords: *The Indigenous Image. Imaginary of Academics. Misunderstandings and Visions. Contemporaneity.*

1 Introdução

A história indígena no Brasil foi marcada pela imposição do contato interétnico, cujo objetivo da sociedade nacional era excluir a diversidade, considerando que o indígena deveria deixar de ser indígena, assim, reforçar a negação violenta do direito às diferenças de cada povo indígena. Em nome da consolidação da dominação colonial, o processo de subalternização da condição indígena formou uma imagem de subjugação desses povos.

Weigel (2000) explica que os indígenas eram vistos como seres inferiores, atrasados e selvagens, cabendo ao branco subordiná-los, controlá-los e civilizá-los.

A construção da imagem histórica do indígena no Brasil se inicia no período colonial com vistas à sua dominação.

No imaginário da sociedade nacional, há inúmeras ideias equivocadas, que foram historicamente propagadas, e que hoje definem, de forma arbitrária, a identidade indígena.

Na sociedade contemporânea, os equívocos e negação às diferenças persistem, apesar dos avanços da legislação indígena, pois permanece no imaginário dos não índios, um índio idealizado, que reflete ainda uma imagem primitiva.

Atualmente, as formas de violência persistem, apesar dos avanços jurídicos conquistados pelos movimentos indígenas. Contudo, no imaginário nacional, há inúmeras ideias estereotipadas, que foram consolidadas historicamente, definindo o campo da identidade étnica (PORTELA, 2009).

Quando se trata do olhar dos não índios em relação aos índios, buscar o equilíbrio entre igualdade e diferença é tarefa extremamente complexa, sobretudo, por trazer em seu bojo

visões já consolidadas e reproduzidas na história brasileira, que se intensifica na contemporaneidade.

Santos e Arriscado (2003) questionam: como é possível que seja reconhecida a diferença, tal como essa se constitui, através da história, e exigir que os outros olhem como iguais e reconheçam os mesmos direitos de que são titulares? Os conflitos, nessa visão, apresentam-se por meio das contradições e dos preconceitos, por desconhecimento da história do povo indígena, que por sua vez, geram a ignorância.

A tendência universal parece ser a de cada povo apreciar as outras culturas em comparação com a sua própria. Principalmente, os costumes de outros povos ou de outros grupos sociais que se parecem com os seus, estes aceitam e são compreendidos com mais facilidade. Quanto mais diferentes e distantes dos seus costumes maior estranheza os causam.

Para Silva (1988), compreender as outras culturas se trata de tentar conhecer os seus pontos de vista e aprender a ver o mundo com os olhos daqueles que vivem, em outras sociedades, com outras culturas.

Sendo assim, urge na contemporaneidade a necessidade de refletir sobre as visões e equívocos sedimentados em relação às diversidades étnicas culturais, nesse caso, a dos povos indígenas brasileiros, pelo fato de que não se pode emitir esse ou outro parecer, quando se desconhece a luta e a resistência histórica de um povo que busca sobreviver em um mundo que ainda o vê de maneira estereotipada.

Neste contexto, o presente artigo versa sobre a vivência acadêmica envolvendo o 7º Período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Santa Terezinha do município de Imperatriz/MA, na disciplina de História e Cultura Indígena Brasileira, tendo como objetivo refletir sobre a imagem do indígena na visão das acadêmicas do Curso de Pedagogia.

2 Material e Métodos

Trata-se de relatos de vivência envolvendo 20 acadêmicas do 7º Período do Curso de Pedagogia, disciplina História e Cultura Indígena Brasileira da Faculdade de Educação Santa Terezinha, Imperatriz/MA, primeiro semestre de 2017. Ao longo do período foram discutidos vários textos reflexivos sobre a história e cultura indígena brasileira, dialogando com vários autores, dentre eles Freire (2009) e Baniwa (2006), os quais discutem entre diversos assuntos: “os equívocos e visões” acerca dos indígenas.

A visita em uma comunidade indígena proporcionou às acadêmicas o contato com indígenas na sua realidade, tendo a oportunidade de conhecê-los pessoalmente, observar o cotidiano da aldeia, dialogar, saber um pouco de suas experiências e, ao mesmo tempo, experimentar algo novo, diferente, diverso e específico, assim, viver na prática o que foi discutido, teoricamente, em sala de aula. Para Ghedin (2009, p.6): “conceito de saber aqui é sinônimo de conhecimento, é sinônimo de experiência sistematizada e refletida, portanto é um conhecimento reelaborado a partir da prática e na prática

de formar-se permanentemente”.

No intuito de saber das acadêmicas suas concepções acerca dos indígenas, ao emconcluírem a disciplina, foi lançada uma questão norteadora, a qual será relatada a seguir.

3 Resultados e Discussão

Os indígenas têm sido, historicamente, objeto de múltiplas imagens e concepções por parte dos não indígenas. Esse processo se inicia com a chegada dos portugueses e outros europeus no Brasil. Os indígenas foram submetidos a julgamentos e a diferentes percepções quanto às suas características, suas capacidades, suas formas próprias de ser e de se relacionar com a natureza física e espiritual.

Segundo Baniwa (2006, p.34):

alguns religiosos europeus, duvidavam que os índios tivessem alma. Outros não acreditavam que os nativos pertencessem à natureza humana, pois, segundo eles, os indígenas mais pareciam animais selvagens.

Foi a partir dessa visão estereotipada, limitada e discriminatória, que ocorreu a relação entre índios e não índios no Brasil desde 1500, que imprimiu uma série de contradições e ambiguidades ainda hoje presentes no imaginário da sociedade brasileira.

Freire (2009) cita alguns equívocos construídos a partir do contato interétnico e propagados ao longo de cinco séculos. O primeiro equívoco se refere à imagem genérica, que se tem do índio. A maioria das pessoas imagina que os índios são todos iguais, que possuem a mesma língua, uma única cultura e que compartilham das mesmas crenças.

No Brasil, existem mais de 300 povos indígenas diferentes. Vivem em lugares diferentes e diferem na cultura, na língua, em crenças, em costumes, na religião, na arte, na organização social e política. Para Silva (2012, p.48): “a generalização desses povos indígenas por meio da aplicação da categoria “índios” significa destituí-los de suas singularidades, numa tentativa de apagar as diferenças e especificidades de cada povo”.

O segundo equívoco, para Freire (2009), consiste em considerar as culturas indígenas como atrasadas e primitivas. Essa visão nega a validade dos aspectos culturais de cada povo e a contribuição na formação do povo brasileiro, bem como a importância da arte, da literatura, da culinária, da religiosidade e das ciências indígenas à sociedade brasileira. Silva (1988, p.7) explica:

Que as culturas vão se modificando porque a situação dos grupos humanos no mundo vai historicamente se transformando também. Se experiências concretas de vida se modificam, as pessoas precisam encontrar novos símbolos que traduzem ou expressem os significados que elas vão atribuindo às novas situações que vão vivendo.

O terceiro equívoco é o congelamento das culturas indígenas. A maioria dos brasileiros criou a imagem do índio nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha. Conforme Freire (2009), quando o índio não se enquadra nessa imagem, a reação das pessoas é dizer: “ah, ele não é mais índio”. Com

isso se cria uma nova categoria, a dos ex-índios. Aquele que usa calça jeans e fala português, deixa de ser índio. Devendo permanecer na aldeia e privado de adquirir bem materiais e culturais da sociedade envolvente. Monteiro (2014, p.78) afirma que:

É importante refletir sobre a contradição que reside na fundamentação de que o indivíduo indígena vivendo fora da aldeia – no contexto urbano – perde a sua condição de indígena, posto que esteja integrado e assimilado à sociedade nacional, renunciando às suas características originárias.

Outro grande equívoco do não índio é não considerar a existência do índio na formação da sua identidade. Para Silva (2012), essa concepção nega os aspectos culturais extremamente importantes na constituição do povo brasileiro e as contribuições que a arte, a literatura, a música, a religião e as ciências dos povos indígenas legaram para sociedade nacional. O índio permanece vivo em cada um, mesmo que não se aceite.

Assim como Freire (2009), Baniwa (2006) destaca três visões dos não índios sobre os povos indígenas. A primeira diz respeito à antiga visão romântica, que concebe o índio como ligado à natureza, protetor das florestas, ingênuo, puro e incapaz de compreender o mundo do não índio. Visão criada por cronistas, romancistas e intelectuais desde o período colonial. Consequentemente, o índio é percebido como vítima, coitado que precisa de tutor para protegê-lo e sustentá-lo; como se sem protetor os índios não conseguissem se defender, proteger, desenvolver e sobreviver.

A segunda visão é sustentada pela concepção do índio cruel, bárbaro, canibal, animal selvagem, traçoeiro, preguiçoso e tantos outros adjetivos e denominações negativos. Essa visão também surgiu no período colonial, por conta dos interesses econômicos da Coroa Portuguesa, cujo objetivo era extinguir os índios para se apossarem de suas terras. Assim:

As denominações e os adjetivos eram para justificar suas práticas de massacre, como autodefesa e defesa dos interesses da Coroa. Ainda hoje essa visão continua sendo sustentada por grupos econômicos que têm interesse pelas terras indígenas e pelos recursos naturais nelas existentes. Os índios são taxados por esses grupos como empecilhos ao desenvolvimento econômico do país, pelo simples fato de não aceitarem se submeter à exploração injusta do mercado capitalista, uma vez que são de culturas igualitárias e não cumulativistas. Dessa visão resulta todo o tipo de perseguição e violência contra os povos indígenas, principalmente contra suas lideranças que atuam na defesa de seus direitos. (BANIWA, 2006, p.35).

A terceira visão é a cidadã, que passou a ter maior amplitude nos últimos trinta anos, o que coincide com o processo de redemocratização do país, iniciado na década de 1980, cujo marco foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que no seu Artigo 231 “reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Para Baniwa (2006, p.35), esta é a visão mais civilizada do mundo contemporâneo:

[...] concebe os índios como sujeitos de direitos e, portanto, de cidadania. E não se trata de cidadania comum, única e genérica, mas daquela que se baseia em direitos específicos, resultando em uma cidadania diferenciada, ou melhor, plural. Aqui os povos indígenas ganharam o direito de continuar perpetuando seus modos próprios de vida, suas culturas, suas civilizações, seus valores, garantindo igualmente o direito de acesso a outras culturas, às tecnologias e aos valores do mundo como um todo.

Entende-se, portanto, a partir dos supracitados autores, que os múltiplos equívocos e visões estereotipadas fizeram os indígenas se calarem e se camuflarem e, em muitos casos, deixando de serem eles mesmos para incorporarem modos de viver e pensar dos não índios, negando a própria identidade, algumas vezes por vergonha e outras por medo de não serem aceitos ou de serem exterminados. “O diferente passa a assumir a categoria de “nocivo”, “incapaz”, fora do parâmetro que a sociedade toma como padrão. Ele fica à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina” (MELO, 2000, p.19).

A imagem estereotipada, romântica, exótica, primitiva, selvagem do indígena prevaleceu na história nacional até os dias atuais, porém o processo de lutas e de enfrentamento de desafios dos povos indígenas foi ressignificando a própria história, a partir das suas próprias vozes e sentimentos de pertencimento, que culminou na construção da sua própria imagem. Silva (1988) chama essa resistência de velada, mas vitoriosa. Pois, ao contrário do que se imaginou, uma resistência fundamentada na identidade cultural fez com que os povos indígenas brasileiros encontrassem um novo caminho de resistência e sobrevivência, a partir da cultura, ressitando a sua imagem.

A partir dos pressupostos teóricos acima elencados, e atendendo o proposto na Lei nº 11.645/2008, a qual: “determina a inclusão no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” a Faculdade de Educação Santa Terezinha implantou, em 2011, a disciplina História e Cultura Indígena Brasileira no 7º Período do Curso de Pedagogia, ministrada pela professora mestrandia, autora deste texto.

Com o objetivo de saber e refletir sobre as concepções das acadêmicas ao concluírem a disciplina: História e Cultura Indígena Brasileira, foi lançada a seguinte questão norteadora: *Como você via os indígenas antes da disciplina e como você os vê hoje?*

Assim, para refletir sobre a história e a cultura indígena, e a percepção das acadêmicas antes e depois da disciplina, contou-se com Freire (2009) e Baniwa (2006), os quais contribuíram para uma análise mais significativa dessas reflexões. Para tanto, são descritos relatos de algumas acadêmicas, sendo essas representadas pelos códigos de A1 a A11.

A minha visão sobre os índios era completamente preconceituosa, os via como selvagens e animais brutos, que matavam as pessoas. Depois que passei estudar a disciplina História e Cultura Indígena Brasileira com a professora Gildete que é uma pessoa que conhece muito bem a realidade

diferenciada dos índios, a minha visão foi se transformada e hoje vejo que os indígenas são pessoas boas e que lutam pelos seus direitos como qualquer outro indivíduo na sociedade (A1). Eu via os índios como seres selvagens, violentos, sem educação, com única cultura. Após a disciplina História e Cultura Indígena Brasileira, aprendi não só como são os índios, mas sim como trabalhar e conviver com eles. Passei a ter um novo olhar sobre eles, e com muito respeito pela luta, pela força e pela riqueza cultural que possuem. (A2).

Os relatos ratificam a estigmatização perpetradas no imaginário dos não índios desde o período colonial, mantidas na contemporaneidade, com imagens deterioradas, reduzindo-os a seres inferiores, por considerá-los selvagens, violentos, com uma única cultura e sem educação, denominado por Baniwa (2006) como a visão do índio cruel, que surgiu com a chegada dos portugueses, por meio do segmento econômico, os quais queriam ver os índios totalmente extintos para se apossarem das suas terras para fins econômicos e, por Freire (2009), o equívoco do índio genérico destituiu as diferenças, as crenças, os valores e a língua de cada povo indígena.

Para Melo (2000), quando alguém demonstra pertencer a uma categoria com atributos incomuns ou diferentes é pouco aceito pelo outro, conseqüentemente, não consegue lidar com o diferente e, em situações extremas, o converte em uma pessoa má e perigosa, e transforma-a em um ser desprovido de potencialidades.

Essas imagens e pré-julgamentos cristalizados no imaginário das acadêmicas decorreram por desconhecer a história indígena brasileira, fato que se justifica quando as mesmas explicitam que a partir dos estudos, por meio da disciplina História e Cultura Indígena, passaram a vê-los com outros olhos, com respeito às suas diferenças culturais, às suas formas de pensar, de agir e de se relacionar. Assim, passaram a considerar os indígenas detentores de uma grande riqueza cultural, que lutam por sua preservação e, de forma incansável, buscam seus direitos.

Cada povo indígena tem sua maneira de se organizar socialmente, politicamente, economicamente e espiritualmente. Portanto, cada povo possui uma cultura diferente da outra, porque se situa no mundo e se relaciona com esse de forma própria. A essência dos relatos a seguir vai ao encontro dessa visão:

Antes da disciplina, meu olhar sobre o índio era outro. Via um povo que gostava de pedir dinheiro nas estradas, invadir terra dos outros, preguiçoso, agressivo, um povo que não fazia parte da sociedade que vivemos. A partir da disciplina, meu olhar mudou. Os índios são pessoas que têm necessidades como educação, saúde e moradia. Os índios fazem parte da sociedade onde vivemos e é parte viva do povo brasileiro, possuem tradições, valores e culturas diferentes, que devemos respeitar (A3).

Eu via os índios como aquele indivíduo que morava na floresta, que eram agressivos, que não eram civilizados que queriam apenas invadir terras e pegar dinheiro e objetos dos outros. A disciplina HCIB me proporcionou novos conhecimentos, mostrando que os índios são pessoas que lutam a favor do seu povo, por melhor qualidade de vida, e assim como os não índios vem se modernizando com os meios tecnológicos (A4).

Inicialmente, continua presente a visão cruel citada por Baniwa (2006, p.35), o qual afirma: “as denominações e os adjetivos pejorativos eram para justificar as práticas de massacre dos povos indígenas, como autodefesa e defesa dos interesses da Coroa Portuguesa”, sendo este fruto do desconhecimento sobre o povo indígena. Assim, na medida em que foram conhecendo a história indígena, as acadêmicas foram construindo uma imagem positiva, tais como: os índios possuem culturas diferentes, tradições e crenças valiosas. Possuem culturas dinamizadas, tentam acompanhar o desenvolvimento tecnológico, caminho irreversível no mundo contemporâneo. Lutam a favor do coletivo, por melhor qualidade de vida e melhorias na saúde e educação. Para Baniwa (2006), essa visão concebe os índios como sujeitos de direitos, que podem decidir sobre seus modos próprios de vida, suas culturas, suas tradições, seus valores, bem como suas obrigações.

Antes da disciplina o índio estava muito distante da minha realidade. Tinha medo, pois ouvia falar que eles sequestravam e matavam as pessoas. Tinham arco e flecha e eram preguiçosos. Quando era criança [...] ficava apreensiva, com medo de eles aparecerem atacarem as pessoas. Hoje meu pensamento é bem diferente, os vejo como um povo lutador, rico em tradições e valores culturais (A5).

Eu via os índios como pessoas ruins, que sequestravam os brancos para poder ganhar algo em troca e que os índios viviam numa cultura congelada. Hoje vejo que me equivoquei nesses aspectos, vejo os índios como pessoas que lutam para o bem do seu povo e da sua cultura (A6).

Nos relatos permanece a imagem equivocada do índio cruel, preguiçoso, que sequestra e mata como moeda de troca, e que sua possui cultura congelada. Baniwa (2006) afirma que essa imagem foi pregada pelo colonizador por considerar os índios como empecilhos ao desenvolvimento econômico do país, que perdurou até os dias atuais. Enquanto Freire (2009) explica que a maioria dos não índios criou a imagem de como deveria ser o índio: nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, aquele que foi descrito por Pero Vaz de Caminha, ficando congelada até os dias de hoje.

Embora essa imagem tenha sido equivocadamente concebida é esta que permanece no imaginário das acadêmicas, as discussões promovidas por meio da disciplina supracitada contribuíram, consideravelmente, para a desconstrução dessa imagem, e as acadêmicas passam a compreendê-los e vê-los a partir de uma visão cidadã, de um povo lutador, diverso, que preserva as tradições e seus valores culturais e que luta por seus direitos coletivamente. Essa visão, para Baniwa (2006), é mais cidadã, porque vê os indígenas como cidadãos de direitos específicos e de cidadania plural.

Nessa perspectiva, os indígenas têm direito a terra para sua reprodução física e espiritual, direito de praticar suas línguas, direito a uma educação específica e diferenciada e direito de ser o que eles quiserem ser.

A primeira imagem sobre os índios era uma imagem da natureza, aqueles que amam e vivem para a natureza, puro, com magia e fantasia. Com o decorrer da disciplina comecei a ver os índios como eles são de verdade, com direitos iguais

aos dos não índios, o que me trouxe muita felicidade e ânimo para estudar mais sobre seus hábitos e costumes. Vi também que eles possuem uma cultura muito rica (A7).

Meu pensamento sobre os indígenas era que estes viviam isolados, não trabalhavam, andavam de cocar, moravam em ocas, eram selvagens e não civilizados. Depois dessa disciplina pude conhecer um pouco da história deles. Também pude conhecer uma aldeia e percebi o quanto estão atualizados e evoluídos. Impressionei-me bastante com o que presenciei lá, principalmente, o uso da tecnologia. Vi que os indígenas não pararam no tempo, porém, preservam seus costumes (A8).

Antes dessa disciplina não conhecia [...] a história dos índios, o pouco que sabia eu vi na quinta série. Sabia que os índios andavam nu, morava numa oca, caçava animais para comer, etc. Hoje eu vejo que é totalmente diferente do que eu pensava, tive o maior prazer em conhecê-los pessoalmente, [...] pude ver a festa do luto, um ritual que eles fazem quando perdem uma pessoa querida da família e sem falar na luta pelos seus direitos como cidadãos (A9).

Importa destacar que os relatos acima imprimem, aos povos indígenas, as imagens romantizadas que remetem à fantasia, à ingenuidade, à pureza, ao isolamento, entre outros adjetivos que negam suas identidades, destituindo suas características específicas. Embora de forma amena, o imaginário do não indígena assevera o que foi construído há mais de 500 anos, inclusive nas escolas. Neste sentido, Freire (2009) declara que essa forma de imagem é um equívoco, porque congela o índio no tempo e no espaço. Baniwa (2006) enfatiza que é uma visão dos romancistas e cronistas, a qual coloca como aquele ser ligado à natureza e protetor das florestas, descaracterizando-o.

Contudo, nos mesmos relatos, as acadêmicas enfatizam a desconstrução de seu imaginário preconceituoso, a partir das discussões em sala de aula e a visita a uma comunidade indígena, quando puderam perceber quem são e como são os povos indígenas, com sua riqueza cultural, rituais específicos, que está sempre, assim como outros povos, em evolução e desenvolvimento. Estes povos não pararam no tempo e nem no espaço, pois são resistentes e em constante busca pelos seus direitos como cidadãos plenos, porém, preservando sempre suas tradições. Assim, corrobora a visão cidadã discutida por Baniwa (2006), na qual os indígenas são vistos pelos não indígenas como cidadão de direitos.

Antes da disciplina eu achava os índios estranhos, que ainda viviam pelados pelas aldeias e moravam em ocas de palhas, se alimentavam apenas da caça e da pesca, sem nenhum conhecimento. Porém, depois dessa disciplina, percebi que ser índio é ser cidadão com seus direitos garantidos por lei. E depois que visitei a aldeia Krikati tive mais conhecimento sobre os índios, pude perceber que eles vivem muito bem. Algumas casas são de tijolos, mas não deixaram suas raízes morrerem, pois com tanta mudança ainda continuam com seus costumes (A10).

A minha concepção em relação ao índio e que muitos livros ainda hoje pintam [...], do tempo de Cabral, com tanga, apito, que pesca e caça, mal e preguiçoso. Índio que troca suas riquezas naturais por bugigangas e espelhos. [...] Hoje tenho consciência que índios são cientes de seus direitos e deveres, estão nas universidades, trabalham em várias áreas, além da caça e pesca. Eu os desprezava e não os valorizava como humanos, mas o contato pessoal em uma aldeia, juntamente com o conteúdo estudado em sala de aula, me fez repensar a

minha concepção em relação a esse povo sofrido e merecedor de suas terras para sobrevivência física e cultural (A11).

Os últimos relatos não diferem dos demais, no que tange a forma de ver os indígenas. Percebe-se que a imagem do índio puro, ingênuo, do período colonial, aquele descrito nos livros literários e nos livros didáticos ainda prevalece. Essas interpretações, a partir dos livros, construíram uma imagem estática e equivocada dos índios, afastando-os da história real e do mundo real. Para Grupioni (2004): “nas escolas a questão das sociedades indígenas, é frequentemente ignorada nos programas curriculares os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil”.

No entanto, a visão pós-estudos, através disciplina História e Cultura indígena, por meio da teoria e da prática, possibilitou a desmitificação de muitas informações ditas como verdades, quando as acadêmicas compreendem a diversidade étnica cultural e linguística do povo indígena brasileiro. A autonomia, a autodeterminação e a autoafirmação contradizem os equívocos que consideram o índio genérico, com culturas atrasadas, primitivas e congeladas, discutidas por Freire (2009), afirmando o protagonismo indígena na contemporaneidade. O povo indígena permite ao Brasil ser um país multiétnico, multicultural e multilíngue. Nessa questão, Baniwa (2006, p. 93) afirma que: “a efetividade de uma cidadania plena, reconhecida como de direito e de fato aos povos indígenas do Brasil, depende do avanço de muitos direitos específicos em vias de conquista e consolidação”.

Nessa perspectiva, cita-se como direito dos indígenas, a contextualização da sua história de forma que a sociedade envolvente conheça de fato os povos indígenas do Brasil e, assim, desconstrua a visão preconceituosa perpetrada no imaginário do não índio, considerada aqui um dos desafios da educação contemporânea. Portanto:

Há que se aprender a reunir adequadamente as informações para que elas se tornem úteis para a construção do novo conhecimento, do novo modo de ver o outro. Isso significa aprender a pensar sobre o sentido e o significado das culturas para que, na interpretação destes sentidos e destes significados, possam nos permitir elaborar um saber contextualizado, pois à medida que reelaboramos as informações e a interpretamos é que conhecemos o novo (GHEDIN, 2009).

É fundamental a implementação da Lei nº 11.645/2008, de modo que a disciplina de História e Cultura Indígena chegue a todos os estabelecimentos de ensino, por meio de ações integradas entre o Poder Público, as escolas e as Academias e, principalmente, por meio da formação inicial e continuada dos professores. Para Nóvoa (2009, p. 32): “a formação é essencial para que os professores se apropriem dos processos de mudança e os transformem em práticas concretas de intervenção”.

Assim, a formação dos professores vem somar aos desafios da educação contemporânea, quando se trata da desconstrução da imagem do indígena que foi historicamente construída e presente nos dias atuais.

A disciplina de História e Cultura Indígena é um dos espaços que a Academia tem para promover o estudo de temas específicos aos povos indígenas, pois contribui para o desenvolvimento do conhecimento e do ser mais humano.

Desse modo, é essencial conhecer a história e a cultura indígena e, assim, contextualizar, perceber, aceitar e respeitar as diferenças.

4 Conclusão

A sociedade não indígena precisa conhecer a história e a cultura indígena, para assim, compreender a presença atuante dos povos indígenas, que resistem, enfrentam desafios cotidianamente e legitimam os mecanismos de reconhecimento e respeito às diferenças, protagonizando a própria história. Inúmeras são as formas de resistência dos indígenas na atualidade e passam, necessariamente, pela reconstrução da própria imagem, mantendo a referência identitária, fundamentada nos seus atributos culturais específicos, na sua história e também no contato com os não índios.

A educação tem o papel preponderante para o acesso ao conhecimento sobre a formação sócio-histórica brasileira, bem como as práticas culturais, sociais, políticas e econômicas dos povos indígenas, consolidadas equivocadamente no país.

O conhecimento da real história indígena é, fundamentalmente, o veículo de transformação do conceito de inferioridade, que lhe foi dado e, historicamente estigmatizado, portanto, a educação é o caminho para a tomada de consciência, a fim de romper esse estigma, reconhecendo e valorizando a cultura indígena como parte importante da formação cultural brasileira.

A efetivação da luta contra o preconceito, a valorização dos povos indígenas e a reconstrução de sua imagem só será consolidada por intermédio da educação. Assim, se faz necessário que o debate sobre a imagem do índio seja problematizado a partir dos desafios que forem se apresentando.

As imagens e os preconceitos cristalizados no imaginário das acadêmicas, acerca do povo indígena, decorreram por desconhecimento da real história indígena brasileira, fato que se justifica quando as mesmas explicitam que a partir das discussões, em sala de aula, e visita a uma comunidade indígena passaram a ver os indígenas com outros olhos, com respeito às suas diferenças culturais, às suas formas de pensar, de agir e de se relacionar. Assim, reelaboraram seu imaginário, conceituando-os como detentores de uma vasta riqueza cultural, os quais lutam pela preservação de sua cultura e de seu povo e, de forma incansável, buscam seus direitos.

Entende-se, que através da educação, o não índio construirá, gradativamente, uma nova visão sobre os índios, percebendo-os os como povos diferentes, porém dotados de direitos, capazes de transformar, responsabilmente, as situações adversas que surgirem no seu cotidiano, nas suas comunidades e na sociedade envolvente.

O acesso dos indígenas à educação e aos conhecimentos

acadêmicos contribui para ampliar sua capacidade de articular tradição e modernidade. Dessa forma, transforma o olhar da sociedade sobre o indígena e o olhar dele sobre si mesmo, pois os indígenas estão dispostos a empreender o diálogo e a participarem da transformação pela reconstrução de sua imagem histórica consolidada desde a chegada do colonizador. Portanto, uma educação incluyente é um dos desafios da contemporaneidade. Para isso, a Academia é, também, um dos espaços de inclusão.

Referências

- BRASIL. Constituição Federal (1988). Brasília-DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade de Temática História e Cultura Indígena Afro Brasileira e Indígena. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Lei+11.645/2008>>. Acesso em: 13 ago. 2017.
- BANIWA, G.S.L. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC, 2006.
- FREIRE, J.R.B. Cinco idéias equivocadas sobre os índios. In: SISS, A.; MONTEIRO, A.J.J. *Educação, cultura e relações interétnicas*. Rio de Janeiro: Quartet: EDUR, 2009. p.80-105
- GHEDIN, E. Tendências e dimensões da formação do professor na contemporaneidade. Universidade Estadual de Londrina, CONPEF, 2009. Disponível em: <<http://www.uei.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/evandroghedinconferenciaabertura.pdf>> Acesso em: 16 set. 2017.
- GRUPIONI, L.D.B. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, A.L.; GRUPIONI, L.D.B. *A temática indígena na escola: novos subsídios para os professores*. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004. p.481-523.
- MELO, Z.M. Os estigmas: a deterioração da identidade social. *Ciênc. Hum. Letras*, v.4, p.18-22, 2000.
- MONTEIRO, M.C.G. *Amu itá tetama: literatura infantil de autoria indígena como projeto político de (re)construção da imagem histórica e da autoimagem dos povos indígenas do Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- NOVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. In: NOVOA, A. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009. p.25-46.
- PORTELA, C.A. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. *Sociedade e Cultura*, v.12, n.1, p.151-160, 2009.
- SANTOS, B.S.; NUNES, J.A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, B.S. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.
- SILVA, A.L. *Índios*. São Paulo: Ática, 1988.
- SILVA, I.M.O. *Os cursos de magistério indígena do estado do Maranhão e as implicações na formação dos professores krikati numa perspectiva específica e diferenciada*. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.
- WEIGEL, V.A.C.M. *Escolas de branco em malocas de índio*. Manaus: EDUA, 2000.